

**I.7. “ EMVÃO BUSQUEI UM SORRISO NA MULTIDÃO... ”.  
A REMEMORAÇÃO DA I GUERRA MUNDIAL  
EM PORTUGAL**

“ J’AI CHERCHÉ EN VAIN UN SOURIRE DANS LA FOULE... ”.  
LA RÉMÉMORATION DE LA I GUERRE MONDIALE AU PORTUGAL

**Sílvia Correia \***

**RÉSUMÉ :** *Cet article cherche à mettre en valeur les éléments – contemporains au conflit – qui furent déterminants pour la construction de l’identité de “ l’ancien combattant portugais de la Première guerre mondiale ” et du “ mythe de l’expérience de la guerre ”. Notre analyse s’inspire des rares témoignages qui se réfèrent aussi bien à l’expérience du front qu’à celle du retour. En effet, les premières formes prises par les commémorations du conflit au Portugal eurent pour point de départ les manifestations liées au retour des combattants et à la réception de cette représentation. Il faudra prendre en compte le rôle que celles-ci eurent dans la formation des réactions collectives par les anciens combattants portugais.*

**MOTS-CLEFS :** Mémoire, mythe, Première Guerre mondiale,  
République portugaise, vétérans

A análise das políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933), obriga a que o ponto de partida seja a experiência de guerra de um indivíduo ou de um grupo que se assume como espoleta de compreensão de uma construção oficial da memória do conflito.

O fim da Guerra não apagou as marcas físicas e psicológicas que deixou nos homens que nela lutaram, por maior ou menor tempo. Ela criou um quadro de experiências pessoais e de grupo que a sociedade teve de compreender ou comportar, gerando resistências e incompreensões de parte a parte. A experiência de guerra, com o seu próprio corpo de afecções e percepções por aqueles que a combateram, conduzirá em grande medida as imagens que as sucessivas gerações fizeram dela. Não obstante os voluntários serem uma minoria, foram as suas histórias, escritos e representações que atraíram as atenções.

\* Instituto de História Contemporânea - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

As suas obras tornaram-se verdadeiros cânones patrióticos que legitimaram o conflito (Mosse, 1990 :9). Mais :“ o mito da experiência de guerra ” foi forjado e perpetuado naquilo que os voluntários pensavam da guerra. Como refere, a propósito, George L. Mosse :

[...] studiare le origini del Mito dell’Esperienza della Guerra significa comprendere il ruolo svolto dai volontari, che in così larga misura lo produssero. Mas è anche essenziale esaminare le teorie prevalenti della morte et della sepoltura, successivamente perfezionate e applicate specificamente al caso dei soldati caduti. Esse fornirono alla nazione modelli e luoghi di culto. Seppellire e commemorare i morti in guerra divenne qualcosa di molto simile alla costruzione di una chiesa per la nazione. (Mosse, 1990 : 9)<sup>1</sup>.

Para analisar a força que levou o mito a influenciar a memória e a realidade política, é, pois, necessário analisar o mundo dos voluntários, decisivos no ‘enquadramento’ da guerra moderna. No entanto, os alicerces do “ mito da experiência de guerra ” foram lançados muito antes da I Guerra Mundial. A mitologização da experiência da guerra não é exclusiva deste conflito e deve a sua origem às guerras da Revolução Francesa e de libertação alemã do poder napoleónico. Daí dizer-se que

[...] le guerre rivoluzionarie furono le prime combattute da un esercito di cittadini originariamente costituito in buona parte da volontari devoti alla loro causa e alla loro nazione. E i caduti di queste guerre erano compagni d’arme; erano i figli o i fratelli di qualcuno che si sarebbe potuto conoscere. Era dunque necessario legittimare e giustificare il loro sacrificio. I volontari svolsero il loro ruolo di artefici di miti per la prima volta in queste guerre. (Mosse, 1990 : 10)<sup>2</sup>

A análise do mito obriga, de igual modo, ao esmiuçar da experiência da morte. O mito “ *trascendeva la morte in guerra, fornendo un lieto fine al dramma : coloro che hanno sacrificato le loro vite risorgeranno, anzi essi sono di*

- 1 “ Estudiar a origem do Mito da Experiência de Guerra significa compreender o papel desenvolvido pelos voluntários, que em larga medida o produziram. Mas é necessário examinar a teoria prevalente da morte e da sepultura, sucessivamente aperfeiçoada e aplicada especificamente ao caso dos soldados mortos. Esses forneceram à nação modelos e lugares de culto. Expurgar e comemorar os mortos de guerra torna-se algo de muito similar à construção de uma igreja pela nação ”.
- 2 “As guerras revolucionárias foram as primeiras a ser combatidas por um exército de cidadãos originalmente constituído por voluntários devotos à sua causa e à sua nação. E os mortos desta guerra eram companheiros de armas; eram os filhos e os irmãos de alguém que se poderia conhecer. Era, por isso, necessário legitimar e justificar os seus sacrifícios. Os voluntários desenvolveram o seu papel de artefices dos mitos pela primeira vez nestas guerras ”.

*già tra noi. Per adempire questa funzione, il Mito utilizzò, oltre ai temi attinti all'antichità classica, il tradizionale strumento consolatorio del cristianesimo, fosse la credenza nella morte e resurrezione di Cristo”* (Mosse, 1990 : 34)<sup>3</sup>.

Face à dimensão humana de mobilização/desmobilização, apesar das especificidades nacionais, as expectativas e os valores que alimentaram a guerra de trincheiras dificilmente se esgotariam no termo do conflito e na constatação do horror, antes perpassam a construção abstracta dos processos de rememoração da guerra e, mais ainda, constituem uma das bases dos mitos em torno da experiência de guerra. Este universo povoado de valores ‘espirituais’, não se devendo exclusivamente à Grande Guerra, surge aliado às importantes reformas, estruturais e ideológicas, dos exércitos, sendo reforçado pelos processos de mobilização e propaganda, bem como pela sua futura recuperação pelos extremismos políticos.

No caso português, o escasso número de voluntários de guerra, apenas 1% do conjunto das modalidades de alistamento<sup>4</sup>, a que muito se deve o sistema obrigatório de recrutamento nacional, e a ausência daquilo que Tolstoi afirmou ser mais importante do que a força material e humana dos exércitos, o ‘espírito de corpo’, têm implicações na futura formulação do movimento combatente.

A crescente consideração social por estes homens, nomeadamente pelos republicanos voluntários, coloca-os como parte integrante e central da formação e mobilização dos exércitos nacionais, criando um novo estatuto do soldado : o cidadão-soldado. Este novo estatuto resulta directamente das reformas estruturais nos exércitos, bem como dos novos formatos de guerra, nomeadamente a mobilização geral da sociedade, aquilo a que a Grande Guerra iria servir de matriz – a guerra total. Apesar das reformas implementadas, cujo desejo último passava por um exército inteiramente fiel aos valores que ele próprio apregoava, em que os milicianos seriam o seu predicado máximo, a participação portuguesa na Grande Guerra denunciou as suas profundas fragilidades, onde a união e o consenso da classe dirigente estavam longe de ser atingidos e os ideólogos não chegavam para garantir um ‘voluntarismo generalizado’<sup>5</sup>.

3 “Transcendia a morte em guerra, fornecendo um leito final ao drama : aqueles que sacrificaram as suas vidas ressurgirão, antes, esses estão já entre nós. Para adquirir essa função, o mito utilizou, mais do que temas da antiguidade clássica, o tradicional instrumento de consolação do cristianismo, a crença na morte e ressurreição de Cristo”.

4 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1370 - Estatística criminal e Disciplinar do CEP relativa ao ano de 1917; Isabel Pestana Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra*. Lisboa : Comissão Portuguesa de História Militar, 2002, p. 42.

5 O fenómeno do voluntariado, saliente nos primeiros anos da guerra, foi mais usual nos países onde o alistamento não era obrigatório, o que não acontece em França e Portugal.

A controversa participação portuguesa na frente europeia da guerra instalou Portugal no quadro dos vencedores mutilados, numa ‘ilegítima’ criação de um ‘mito da experiência de guerra’ vitorioso e heróico. Esta é uma condição básica quando se trata de interpretar testemunhos (memórias e diários de campanha) dos combatentes. Estes testemunhos permitem reconstituir algumas linhas da experiência de guerra dos soldados portugueses, universo que revela elementos tão díspares como o espírito de corpo, o voluntarismo e, acima de tudo, a morte e o seu significado. As publicações memoriais irão compor o universo dos valores morais que uniformizará o conjunto memorial da experiência de guerra dos antigos combatentes enquanto grupo (Mosse, 1990 :17)<sup>6</sup>.

Não se pretende, aqui, entrar no campo da memória individual, já que exigiria um outro tipo de abordagem. A experiência de guerra dos soldados constitui, no entanto, um horizonte prévio para uma compreensão geral dos contornos que o movimento dos antigos combatentes vai assumir no pós-guerra.

Os voluntários, apesar do seu diminuto número, foram em larga medida porta-vozes de todos os soldados, criando um universo simbólico de mitos e heróis que iria ocultar a realidade da guerra. Camaradas de armas que legitimariam, através da literatura publicada consistentemente no pós-guerra, o sacrifício comum e partilhado em torno de uma nação, contra o individualismo das sociedades liberais.

Com uma ressalva importante e incontornável. As condições físicas da guerra de trincheiras, onde homens eram reduzidos e enfraquecidos pela ausência de um *roulement* regular, pela desigualdade de licenciamento e pela falta do apoio moral e material de uma nação, criaram um universo de insustentabilidade psicológica e descrença em relação às razões da guerra e mais ainda em relação à pátria que defendiam<sup>7</sup>. Daí que a contestação, a indisciplina, a revolta,

6 Mosse desenvolve a ideia de que a maioria dos voluntários é composta por homens cultos pertencentes à classe média. Seriam estes homens, nomeadamente professores, estudantes, escritores ou funcionários, autores de diários de guerra e de alguma propaganda, que vão compor o quadro dos oficiais e da liderança.

7 As causas deste mal-estar, trabalhadas por Isabel Pestana Marques, eram provocadas por vários elementos inerentes à guerra de trincheira, que provocavam desgaste físico e psicológico absoluto, dificultando que as tropas mantivessem um moral elevado : as características espaciais delineadas pela trincheira; os rigores temporais de longos períodos passados ali, debilitando mesmo os mais resistentes; o desgaste profundo do contraste de dois tempos – “ momentos de espera ” e “ momentos de guerra ”, enquanto que o primeiro massacrava pela consciência dos sofrimentos, o segundo levava à loucura e desaire, a consciência constante da ameaça de vida colectiva ou individual ou mesmo a consciência de colocar em perigo a vida de outro ser humano. Veja-se o Capítulo V – *Moral das tropas* em Isabel Pestana Marques, *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares*

a deserção, a infração e a insatisfação se mesclam nos sentimentos entre soldados, marcados pelo horror da guerra e envenenados pela propaganda e cisão política nacional a que a frente de campanha, apesar da censura, não escapava, impossibilitando, assim, a criação de um todo identitário que legitimasse a luta comum pela defesa dos valores da pátria republicana.

Veja-se, agora, alguns dos elementos mais marcantes da experiência de guerra que perpassam por todo o universo de publicações comemorativas e convergem para delinear a memória de grupo. Atente-se que a escrita memorialística, por vezes imediatista, podia estar mais próxima do género narrativo do diário/autobiografia do que das memórias que ‘exigem’, à partida, algum distanciamento temporal.

### A morte

Daquilo que compõe o todo da experiência de guerra, a morte é o fenómeno cujo impacto é mais profundo. Não se fica pelo limite temporal da guerra, mas vai-se além e consoma-se como centro nevrálgico dos processos de rememoração futuros. A presença iminente da própria morte é um facto com que os soldados da frente têm de conviver. Uma morte de massa que afecta todos os indivíduos, sem excepção. Não era só a do inimigo, mas principalmente a dos companheiros de armas que, depois de mortos, ficavam estendidos nas proximidades das trincheiras e, não podendo ser retirados, espalhavam um odor de putrefacção que jamais se dissipava, consolidando a ideia de uma morte futura muito próxima.

Considerando os quantitativos das baixas, poder-se-ia pensar no pouco impacto no número de braços. Segundo dados do Serviço de Estatística do CEP de 1924, dos 55 085 efectivos mobilizados para a frente europeia, morreram cerca de 1 992, 3,6% de baixas, a maioria em combate<sup>8</sup>. Mas, não é apenas na questão do contingente ou força de combate que a morte é central, mas no impacto psicológico. São os homens sujeitos às mais degradantes condições na trincheira que mais contactam com a morte, o que provocava um processo de destabilização psicológica.

A contabilização pelos serviços oficiais de apenas dez casos de suicídio, exclusivamente entre praças, denuncia um eventual escamoteamento da situação, por razões que não podem aqui ser entendidas de ânimo leve, fossem elas resultantes de uma vontade humana de esconder possíveis “fraquezas” do camarada ou de uma vontade oficial para evitar possíveis acusações de responsabilidade. A morte por suicídio

*portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa : Esfera dos Livros, 2008, p. 273-370.

8 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 1401 – *Serviços de Estatística e Estado Civil do CEP, Livro de Estatística do CEP*, p. 13.

foi escondida como ilegítima, uma vez que contrariava o espírito que defendia o patriotismo e a unidade do CEP.

O estado de desespero e de degradação daqueles que enfrentavam, por longos períodos, as condições das trincheiras é exemplarmente fixado no seguinte testemunho :

Os mortos não eram por lá muitos como seria de esperar de uma guerra tão extensa e tão ferosa, mas se o sofrimento era grande e sem esperanças de termo, o sofrimento moral era muito peor, pois as baixas por conta-gotas, ao acaso, matavam tão lentamente ou arruinavam tanto o indivíduo como se assistíssemos a uma prolongada lotaria, em que estivéssemos momento a momento à espera de um número em que a ‘sorte grande’ era a morte, uma cegueira, uma tuberculose por gases, etc., e os pequenos prémios a perda de um braço ou de uma perna ou de qualquer ferimento. Nos intervalos da primeira linha os pobres soldados, em lugar de descansarem, faziam-nos ainda ir trabalhar, de dia ou de noite, em serviços de reparações de novas linhas ou outros. E assim depressa se haviam de fatalmente esgotar os organismos, por mais robustos que eles fossem. (Magno, 1921 :13)

A questão da morte é nesta guerra vivenciada numa outra dimensão. A massificação e o anonimato estão intimamente ligados à experiência da guerra de trincheiras – a banalização que assume a morte de massa dos lados em confronto. Escreve, a propósito, Albino Sampaio :

Tão banal a guerra está, apesar dos reflectores, dos ciclistas, do arame electrizado, do telefone do submarino do aeroplano, que é estúpido matar sem saber quem, morrer sem saber quem nos dá a morte. Um soldado marcha, de repente leva as mãos à frente e cai. É uma síncope, uma tontura? Não. É a morte. Aquele homem que sabia pensar, sentir e querer, que tinha dois braços, um cérebro, um coração, aprovisionado com uma espingarda último modelo, um sabre baioneta, balas, provisões, sonhos e esperanças está de todo frio. Quem o matou? Sabe-se lá. Só se foi esse bocado de aço que lhe deixou o orifício no pano da farda. (Sampaio, 1935 : 28)

A constatação da fugacidade da vida repetia-se vezes sem conta. A mistura entre corpos mortos e o campo de batalha em terra de ninguém era um quadro desesperante que tornava os homens alheios à condição humana. Tudo convergia numa espiral de anulação :

Não há tempo para pensar ou acudir aos camaradas que tombam. A febre do combate torna os homens egoístas e indiferentes. Toda a sensibilidade se anula. Uma vida não vale nada; um corpo esfacelado é apenas um incidente; os gemidos não passam de sons que se juntam

ao ruído infernal de tantos outros formados. Toda a trincheira está em fogo. (Monteiro, 1919 : 37-38)

E, no entanto, a maioria dos soldados nunca matou um inimigo, ou até mesmo, nunca teve contacto directo com a possibilidade de ser um ‘assassino’, mesmo na linha da frente da infantaria. De qualquer forma, não seria natural um homem matar outro, mesmo inimigo, e não sentir culpa. Daí que o medo de ser morto ou de matar não seja algo que se possa comunicar. Mesmo que se tente perceber essas emoções, continuar-se-ia na ignorância, pois só quem participou da guerra o podia, de facto e de direito, perceber.

Os combatentes levaram algum tempo a partilhar com o mundo as suas vivências. Na verdade, a procura da parte da sociedade civil pelos seus heróis abafou uma realidade que não interessava trazer a público : sendo demasiado violenta, os soldados apenas expressavam o ‘desejável’ da sua experiência. Fenómenos que denunciam a exclusão dos ex-combatentes imposta a uma parte da vida ou ao próprio homem.

Durante a guerra ou no imediato pós-guerra, a experiência da morte estava muito próxima para poder ser invocada. As publicações, na sua maioria memórias ou diários de campanha escritos ‘no calor do momento’, são silenciosas face à angústia dos soldados. Raros são os trabalhos escritos que tratam directamente a experiência da morte. A maioria pauta-se por uma descrição da experiência militar, narrada em tom de diário de guerra e com pretensões historiográficas ou políticas.

O horizonte dos combatentes era povoado de sentimentos, à primeira vista, contraditórios, mas que se fundem no contexto da sua experiência de guerra. O medo e a angústia dominavam os seus espíritos antes de qualquer combate. O período indeterminado de espera entre batalhas era o mais terrível : tempo de reflexão e de ansia até o deflagrar da batalha. Assim que o confronto começava era um alívio. A experiência da guerra é retida pelos combatentes como a mais marcante das suas vidas e da qual têm orgulho, não heróico, mas pela sua capacidade de extrair dessa vivência aprendizagem, amadurecimento e, por fim, felicidade, porque conseguiram resistir a tamanha provação.

Mas não é só de heróis humanizados de que esta experiência se povoa, mas também de cobardes e traidores. Muitos, fruto da destruição do combate, adquirem uma imunidade, apenas deixando-se afectar por aquilo que lhes toca de muito perto.

### O voluntarismo : o combatente-cidadão

Ainda antes da eclosão da guerra, em Portugal, enquanto se discutia o possível envio de tropas para a frente europeia, publicaram-se trabalhos de apologia à intervenção e participação na guerra – uma luta contra o inimigo imperialista pelos heróis nacionais que regenerariam a pátria

republicana. Alguns destes autores, num conjunto constituído, entre outros, por escritores, jornalistas, professores ou médicos, integrariam o restrito número de voluntários de guerra. Parte desta literatura está na base das projecções da memória patriótica.

Augusto Casimiro e Jaime Cortesão apelaram publicamente ao intervencionismo, embora estes estejam cientes dos motivos políticos da mesma. Juntam-se-lhes outros, na publicação da revista *A Águia*, de 1916, como Teixeira de Pascoaes, Teófilo Braga, Raul Proença, que defendem a necessidade histórica de participar na guerra pela aliança com a Inglaterra e pela integridade do valor da nação<sup>9</sup>. Contudo, a ideia intervencionista alterou de tom com os desenvolvimentos da guerra, passando a uma apologia do soldado, em detrimento dos oficiais, criando-se uma nova hierarquia militar marcada pela supremacia dos valores de “coragem física e integridade moral” (Leal, 2000 : 447).

Jaime Cortesão, escritor, militar e historiador da intervenção na guerra, centra as suas memórias, na valorização do soldado camponês que, na escola da guerra, ascende à condição de ‘homem novo’, defensor dos valores e da regeneração da pátria. Esta perspectiva heróica nas memórias de Cortesão abandona, de certa forma, a grande apologia intervencionista tão característica da sua participação n’ *A Águia*. O soldado, centro da discussão, é razão para a exposição de uma certa crítica às autoridades, aquando da descrição do retorno das tropas.

Alguns destes textos permitem, com efeito, perceber uma crítica em relação às forças políticas e às altas patentes militares, acima de tudo à incompreensão e à falta de apoio geral que corrompe qualquer voluntarismo que o imaginário dos combatentes pudesse habitar. Diz-se que “ as nossas elites governativas, todas elas, mais ou menos, são incapazes dos grandes actos redentores, enquanto o Povo, apesar de ignorante e desorientado, é ainda e sempre a maior esperança ” (Cortesão, 1919 : 24), ou, nas palavras de Alfredo Barata da Rocha em *Névoa da Flandres*, “ o drama da Grande Guerra não foi compreendido, nem sentido, nem em Portugal ” (Rocha, 1924 : 10).

O discurso da cruzada do ‘homem novo’, bem como a heroificação do soldado comum que se sacrifica ‘alegremente’ pela defesa da pátria, integra plenamente o ‘mito da experiência de guerra’ – uma construção que passa pela necessária transcendência da morte, criando alternativas de catarse, com base em temas da antiguidade clássica e, mais ainda, do cristianismo, ou seja, na crença da ressurreição dos homens. Este será o discurso simbólico presente desde o culto imediato aos mortos até à monumentalização de locais de culto de uma nova religião civil (Mosse, 1990 : 34). Augusto Casimiro, em *Calvário da Flandres*, explora esta dimensão regeneradora dos combatentes mortos durante a guerra – a cruzada em defesa da pátria – aqueles que irão ressuscitar :

9 Veja-se *A Águia*. Porto : Renascença Portuguesa, 1916.

Mortos? Porque me custa dizer esta palavra, a mim? A morte não aniquila, nem reduz os verdadeiros vivos [...] e os mortos desta guerra viveram a verdadeira vida. A morte, limiar obrigatório da eternidade, aligeirou-se das suas e das nossas misérias, fê-los transparentes, e, integrando-os na grande corrente de devoção que alaga o mundo e a renova, deu-lhes, a eles que tinham sido o silêncio, a resignação do sacrifício, divinas forças activas, a imaterial existência, a força inexaurível dos símbolos que através das idades vêm embalando o coração e guardando os sonhos do mundo. [...] Os mortos da Grande Guerra vão ser os calmos condutores da hora dolorosa. [...] O mundo saberá então como, e até onde, esta guerra foi, no céu e na terra, nos mares e nas almas – a grande guerra de Deus. (Casimiro, 1920 : 177-183)

Torna-se, no entanto, difícil encontrar obras que tratem a experiência da guerra pelo lado mais psicológico e intimista, mais ainda aquelas que, à parte de criarem mitos, revelam o ‘lado negro’ – “a grande cova, onde se aprende o ofício do morto” (Cortesão, 1919 : 164). Expressões como as de Cortesão são extremamente raras num contexto de necessária abstracção do pós-guerra :

Os vivos têm de viver em promiscuidade com os mortos, – mais do que isso, com as multidões dos cadáveres. Ali, ao pé da trincheira, a meio de uma dessas paredes de um posso de explosão, emergem os dois ossos de uma perna em farrapos de podridão suspensos e uma bota ainda calçada [...]. Todo o chão exala carnagem, loucura, nevoeiros de morte. Em certos pontos dir-se-ia que a terra ainda está ensopada de sangue negro<sup>10</sup>.

Tinha sido há dias – a Batalha de La Lys. O boche arremessava doído sobre a Flandres o seu desespero sombrio. Sôbre a retaguarda caíam as guarnições desmanteladas. [...] Andava tudo triste. Não podia olhar uma árvore – parecia uma prece feita da terra para a defendermos. Os ramos imploravam como braços, como olhares. E eu, tristemente, sentia cair do peito o sangue junto de todos os meus soldados mortos... É tão bom amar a sua pátria, mas custa tanto ser vencido!

(Morais, 1919 : 55-56)

A transposição para a escrita da experiência de guerra recorre muitas vezes a um poder histórico de conhecimento de causa para, nas entrelinhas, projectar um tom de ‘sujeito político’ ou ‘auto-justificativo’, uma forma legitimadora do esforço individual da guerra, mas também, consciente ou inconscientemente, uma justificação política. Como salienta Ernesto Castro Leal “o guerrismo espelhado nos memorialismos republicanos de Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, João Pina de Moraes ou Carlos Selvagem transportava uma visão profética redentora,

<sup>10</sup> Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, p. 180.

ancorada numa dupla justificação de sentido patriótico : a justificação política de aliados naturais do bloco demoliberal anglo-francês contra o expansionismo cesarista alemão; a justificação ética de uma proposta de revigoreamento moral das energias nacionais que o soldado encarnava” (Leal, 2000 : 445).

Estas viagens pelo passado manifestam a intenção de reescrever a história, uma vez que o próprio escritor está integrado num fenómeno mais alargado. Halbwachs assinala, precisamente, esta ausência de inocente neutralidade nas memórias individuais, quando refere que :

[...] Um homem para evocar o seu próprio passado tem constantemente a necessidade de recorrer às recordações dos outros. Reporta-se a elementos que se localizam para além deste, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem instrumentos como as palavras e as ideias, que o indivíduo não convidou, mas que ele empresta ao seu meio. (Catroga, 2001, 16)

É inevitável que, para além do fenómeno individual, as memórias sejam claramente afectadas por uma memória do grupo e uma memória colectiva, adquirindo padrões partilhados : “ deste modo, a guerra vivida (e sofrida individualmente) ao ser recordada (e comunicada publicamente) permite a generalização de um mundo de atitudes e valores, ao iniciar a activação de um sistema de incitações interindividuais ” (Leal, 2000 : 444).

Donde a partilha de uma experiência comum não apenas está na base das memórias individuais, como assegura algumas das condições da identidade e da memória de grupo dos antigos combatentes : o coeficiente moral comum propício à legitimação do movimento associativo e do protagonismo rememorativo reclamado pelos antigos combatentes.

## O retorno

A desmobilização da guerra não deve ser encarada apenas como um momento transitório ou um simples parêntesis entre o tempo de guerra e o de paz. Ela é absolutamente nevrálgica na delineação do processo de reintegração civil dos ex-combatentes. As condições em que se realiza variam entre vencedores e vencidos, resultando em atraso, precariedade de transportes e, pior, negligência, de que são claro exemplo os prisioneiros de guerra.

Não interessa aqui analisar em pormenor os processos de desmobilização<sup>11</sup>. O foco da atenção deve, antes, incidir sobre os

<sup>11</sup> Tema já tratado por Medeiros Ferreira e Filipe Ribeiro Meneses. Cf. Ferreira, O *comportamento político dos militares*, Meneses, “O impacto da I Guerra Mundial”.

formatos comemorativos em torno das tropas desmobilizadas. Este segmento permite uma primeira acção integrada na análise da cultura de guerra, explanando as recepções e primeiras políticas de integração e delineação da imagem oficial da participação, depois da ‘frustrada’ União Sagrada. Esboçam-se as primeiras linhas comemorativas na estreita e específica relação com a ausência de confrontos em território nacional e a conturbada realidade política. Entende-se esta apreciação apenas no quadro das questões políticas e sociais que abalavam a República no período do regresso da frente, dos problemas aliados ao Sidonismo, do retrocesso da política intervencionista, da reacção das forças de poder face aos vestígios mais imediatos desta guerra.

Ao contrário de alguns dos participantes no conflito, onde os exércitos que defenderam a nação no campo de batalha seriam o baluarte dos regimes no pós-guerra, em Portugal não se verificou propriamente um exército de cidadãos. Tentou-se sim, aparentemente, fazer dos antigos combatentes a massa a movimentar na defesa do regime (Meneses, 2004 : 445). Porém, os acontecimentos debilitaram a possibilidade de haver uma apropriação de algum do espírito de união dos homens das trincheiras para que, pela homenagem e assistência a estes, pudesse ocorrer uma reversão e se construísse uma ideia positiva da intervenção na guerra.

Mais do que qualquer outro homem da época, a leitura de Jaime Cortesão<sup>12</sup> é indispensável para compreender a revolta dos poucos voluntários republicanos que lutaram na frente – verdadeiros ‘cidadãos-soldado’ – profundamente marcados pela tragédia e abandono político, senão mesmo pelo decidido exílio das lides públicas :

[...] nós, quantos havíamos regressado a Portugal e naquela hora vencíamos – estávamos quasi todos presos. Os outros, – os que haviam contrariado a nossa participação, esses recebiam as honras e as glórias do triunfo [...] Sob mão daqueles que haviam contrariado a nossa participação na guerra, eu ia seguindo dentro das grades a marcha vitoriosa dos exércitos aliados. [...] E foi dentro da prisão ainda que eu vi chegar claramente a hora do Armistício e da Vitória.

(Cortesão, 1919 : 221)

12 Jaime Cortesão fez campanha na Flandres como voluntário no posto de capitão-médico. Gravemente ferido em combate, foi condecorado com a Cruz de Guerra. Teve intensa participação na propaganda intervencionista, dirigindo o diário democrático *O Norte* (1914-15) e redigindo *A Cartilha do Povo* (1916). Resultou desta participação na Grande Guerra *Memórias da Grande Guerra* (1919). No final da guerra assume um posicionamento apartidário, embora sem deixar de assumir uma postura crítica face ao poder político. Participação activa na tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927, que lhe valeu a demissão do cargo de director da Biblioteca Nacional, que exercia desde 1919, em estreita colaboração com Raul Proença, e a partida forçada para o exílio.

Poucos oficiais milicianos regressariam a Portugal antes de finalizado o conflito. Jaime Cortesão fá-lo, obrigado por um ferimento de campanha, e depara-se com um estado revoltante de coisas que dificulta ainda mais a vida daqueles que voluntariamente se sacrificavam ou sacrificaram pela pátria,

[c]omeçaram a prender-se aos milhares por simples suspeitas, os republicanos. Quando estes acrescentavam as qualidades de oficiais do CEP, eram por via de regra encarcerados. Assaltaram-se os jornais periodicamente. Instituições políticas e casas particulares não escaparam também. Em Lisboa e Porto, os presos foram espancados e assassinados [...]. A isto chamou : - combater a demagogia. Quando, ainda fraquíssimo, repousava, com licença da Junta para me tratar em sanatório, prenderam-me e encarceraram-me numa cela Penitenciária. É claro : - os meus males agravaram-se de tal modo que, passados quinze dias, recolhia em estado grave a um hospital militar, onde permaneci preso, durante três meses. (Cortesão, 1919 : 217)

Estes eram os homens que em tempos propagandeavam o sacrifício ao serviço da pátria, mas que, revoltados com os acontecimentos, decidem afastar-se das lutas políticas, face à divisão entre republicanos e ao abandono e contestação a que foi votada a causa da guerra<sup>13</sup> :

Desgraçadamente em Portugal a vida partidária gira à volta da educação monárquica. Quem dentro dos partidos quiser servir ideias, obriga-se principalmente a servir os homens. Demais, a minha maior actividade partidária realizou-se em torno da Guerra. Não me arrependo. [...] Venho de empenhar o meu esforço em luta de tamanha grandeza que não mais posso servir mentiras ou misturar-me nos prélios mesquinhos. (Cortesão, 1919 : 234-242)

A par das primeiras celebrações à vitória, voltam a conta-gotas contingentes de homens da frente. O regresso das tropas vai fazer-se lentamente entre os meses de Janeiro e Junho de 1919. Chegadas ao país, encontram-no abatido por uma grave crise e instabilidade política, na sequência do assassinato de Sidónio Pais (14 de Dezembro de 1918) e da revolta monárquica (Janeiro de 1919). Fruto da controversa participação e da crise generalizada, o regresso das tropas não desperta o entusiasmo na população e nas entidades governativas, ao contrário do que se constatava em terras aliadas, ou mesmo, derrotadas.

13 Embora haja aqueles que, como Augusto Casimiro, continuam fiéis e activos no apoio e defesa do regime republicano. Mesmo André Brun, um dos milicianos mais reconhecidos na defesa da República, como o fizera ainda em Janeiro de 1919, quando acorreu ao Campo Pequeno para colocar em prática a ideia do exército miliciano para defender a capital.

A apatia foi generalizada, e estes soldados perceberam que o seu esforço mereceria mais do que esporádicas homenagens e memoriais, sendo que, por toda a Europa, logo em 1919, alicerçam-se os primeiros traços de um movimento associativo de base reivindicativa, assistencial e rememorativa.

A *Capital*, nos meses imediatos à celebração do Armistício, trata nas suas páginas, quase que diariamente, o gradual processo de repatriamento (em especial dos prisioneiros, na sua maioria resultantes da Batalha de 9 de Abril de 1918). Aquando da chegada de um grupo de prisioneiros portugueses da Batalha de *La Lys*, recolheram vários depoimentos sobre o contexto e desenrolar da batalha; a forma como foram feitos prisioneiros; os profundos maus tratos e a exploração sob controlo do inimigo; o esquecimento a que foram votados no final do conflito; e o desalento de uma recepção pouco nobre. Um dos ex-prisioneiros refere :

[...] assistimos hontem ao desembarque dos mil quinhentos e tantos portugueses, que foram cumprimentados pelas primeiras autoridades do exército e por um alferes de cavalaria, representante do Sr. Presidente da República. E por entre a emoção, ao vermos as lágrimas que deslizavam pelas faces de pessoas de família, contidas à distância pela guarda republicana, também choramos, quando fomos despertados por uma marcha plangente de continência, entoada por um clarim de um braço da marinha americana que se encontrava atacadado à muralha, foi a nota mais entusiástica da recepção, um himno estrangeiro, aclamando as tropas que regressavam à sua Pátria, onde seria talvez justo terem sido recebidas por entre as aclamações delirantes do povo e do himno nacional<sup>14</sup>.

Mais do que o regresso dos soldados em geral, o dos prisioneiros de guerra era ainda mais penoso. Apesar de se estabelecer pelo Armistício a libertação imediata de todos os prisioneiros, o repatriamento seria extremamente moroso e complexo, devido a um conjunto de obstáculos jurídico-políticos e técnico-logísticos. Assim, à violência do cativo inimigo, acresce o esquecimento e abandono a que foram votados estes homens, denunciando também a condição ‘inglória’ e ‘indigna’ do estatuto do prisioneiro na guerra.

O major Braz de Oliveira descreve-nos nas suas memórias aquela que foi a mais marcante das experiências de guerra, o ter sido prisioneiro, a forma como fora abandonado à sua sorte, a grande dificuldade em voltar : “ninguém se importa com os prisioneiros de guerra para nada, à parte algumas instituições e empresas jornalísticas, a que noutra artigo nos referiremos, ninguém, a não ser algumas famílias martirizadas, se

14 “Prisioneiros portugueses que regressam à Pátria. As suas impressões – Os selvagens dos boches”, *A Capital*, 19 de Janeiro de 1919, p. 1.

importava com os prisioneiros. O Estado, julgo mesmo, que nunca em nós pensou” (Oliveira, 1924 : 24-25).

A maioria dos ex-combatentes desembarcava em Lisboa perante uma amarga indiferença da população que fugazmente acorria ao porto, movida por uma curiosidade ou por qualquer rara convocação oficial. Mais lesivas do que o difícil e ignorado retorno, foram as medidas tomadas no sentido de dispersar imediatamente as tropas e os oficiais pelas diferentes unidades militares do país, ‘garantindo’ a estabilidade da República<sup>15</sup>. Exacerbe-se o drama quando estas ‘violentas’ desmobilizações eram de inválidos que, ainda durante a guerra, eram devolvidos às unidades de origem.

O acolhimento dos soldados, essencialmente entre 1918 e 1920, manifestar-se-ia como o primeiro formato comemorativo em torno da guerra, denunciando em curto tempo aquela que seria a extensão e natureza da rememoração da intervenção portuguesa. Assim como a cisão de opiniões entre os que viam nestas recepções um exagero abusivo, considerando a crise que abalava o país, e os que constavam estar aquém da grandeza desejável para celebrar o esforço destes homens.

Leote Rego, numa das sessões da Câmara dos Deputados mais alargada à realidade do pós-guerra, apresentaria os vários problemas que Portugal enfrentou, destacando o abandono a que a causa da guerra foi votada e a indiferença perante as tropas retornadas :

Devo saudar em seguida os bravos oficiais e soldados que, em todas as frentes, cumpriram honradamente o seu dever, valorosos patriotas que tiveram na sua mão o destino de Portugal. Ésses que morreram talvez fossem mais felizes do que os sobreviventes, porque não puderam assistir ao espectáculo triste da chegada de tropas foram recebidas mais do que com indiferença, porque quási as acolheram com zombaria. Calorosamente saúdo todos ésses valentes homens, que, como muito bem disse um importante jornal inglês, tiveram de combater com alemães em três frentes : na França, em África e dentro do país<sup>16</sup>.

Se uma observação cronológica da desmobilização das tropas é exequível, o mesmo não acontece para a compreensão do sentimento dos homens. Poucas ou raras são as memórias dos combatentes que explanam a questão do retorno e, menos ainda, das recepções ou ainda das comemorações. Como já foi aqui referido, a maioria ocupa as suas páginas numa tentativa descritiva, com um certo teor etnográfico ou, numa tentativa mais longínqua, historiográfica, com descrição da experiência no *front*.

15 AMAE, Europe – Série Z, 1918-1929, Armée – Dossier Général, Ofício do tenente-coronel Bernard, 22 de Agosto de 1919.

16 Leote Rego, *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Junho de 1919, p. 8.

Um misto de abandono e humilhação ocupou os espíritos de homens que lutaram por valores que eles mesmos desconheciam e que nem o pós-guerra esclareceu. A maioria optou pela ‘fuga’ e o retorno ao isolamento do mundo rural, onde o retomar da vida e do trabalho era razoavelmente mais fácil do que para aqueles homens residentes nos principais centros do país, onde a crise do pós-guerra acentuaria as dificuldades de emprego, convertendo-se na principal base contestatária e reivindicativa do movimento de antigos combatentes<sup>17</sup>.

Pedro Freitas, o major Braz de Oliveira e Manuel de Oliveira são autores das poucas memórias que perpassam a questão da desmobilização, retorno e recepção. Pedro de Freitas, no seu livro, permite-nos – além da descrição efusiva da chegada a Lisboa, onde, mais uma vez, se constata a presença maioritariamente das associações femininas nacionais e estrangeiras de assistência, bem como de missões estrangeiras<sup>18</sup> – uma amarga, dolorosa e profunda referência às dificuldades de retorno, responsabilizando a conjuntura política no pós-guerra,

17 O recurso à história oral não obteve aqui qualquer resultado a realçar, uma vez que, desaparecidos os soldados, as entrevistas foram efectuadas a descendentes – uma memória indirecta ineficiente para colmatar ‘falhas’ de entendimento da realidade a que foram submetidos estes homens aquando do retorno. Em entrevista a um filho (MC) de um dos últimos combatentes a morrer, que havia sido prisioneiro de guerra, foi-nos declarado o facto, muito recordado pelo pai aquando do seu retorno, de que as famílias não tinham sido avisadas, sendo os militares enviados imediatamente aos quartéis : “ MC : Dezembro, Janeiro, Fevereiro, e parece que em Fevereiro estavam lá sozinhos e decidiram fazer qualquer coisa para vir embora e foram a pé, até Roterdão, foram muito bem recebidos pelos holandeses... entretanto havia lá umas revoltas e armaram-nos outra vez [...] Depois um navio inglês é que os trouxe [...] SC : Quando chegaram a Lisboa, não tiveram nenhuma recepção? MC : Não, antes pelo contrário estavam vários comboios na doca, os guardas à volta e entravam no comboio para não contar o que se tinha passado, isto é inqualificável o que se faz... De modo que o meu pai era um pouco atrevido e saltou do comboio e foi para casa... ”, entrevista de 15 de Abril de 2008 (ed.) [14 :49 a 15 :47].

18 Cf. Pedro Freitas, *As minhas recordações da Grande Guerra* (Lisboa :Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935), 398-408 : “ Quinta-feira, dia 1º de Maio de 1919! Com a sua chegada a malta atinge cinco dias de permanência a bordo. [...] Por sua vez o povo, das suas habitações, do lugar enfim onde se encontra, apesar da hora matutina, aparece em abundância a saudar-nos, e não raras vezes notamos que depois limpa os olhos com o seu lenço : sinal de ter vertido algumas sentidas lágrimas pela alegria de ver que irmãos seus regressam do matadouro da negregada guerra que felizmente já acabara. [...] Em terra a multidão é enorme; e num semi-círculo, a custo é mantida pela polícia. [...] As formalidades inicialmente são cumpridas. No recinto reservado, em terra, aparecem individualidades em destaque, missões militares estrangeiras, madrinhas de guerra uns bolos, tabaco e bolachas para distribuírem pelos soldados, e uma banda militar da guarnição ”.

[...] como a sorte grande, que sai sempre aos outros, pelos jornais constava-se que as unidades já iam sendo repatriadas e a nossa nada de novo – tudo girava na mesma. Outro remédio não havia senão a resignação. Pelas suas notícias os nossos jornais continuavam a ser disputados. [...] Pela parte do Deus invisível e misterioso, isto então era o flagelo. Os fortíssimos ares do mar, a deficiência de alimentação e o enfraquecimento de todas as pessoas – algumas quase em estado de depauperamento geral – produzindo doenças em abundância, inevitavelmente algumas mortes originam. Como assim este estado de coisas, diariamente, dois, três e mais enterros de soldados que esperavam o embarque para o seu regresso a Portugal, lá se vão a caminho do cemitério local levando consigo as duplicadas paixões por, escapando à guerra, não escaparem à sua fatalidade quasi já com um pé no país ambicionado e desejado. (Freitas, 1935 : 376-398)

A procura por produções literárias de combatentes que tratassem esta questão do retorno e do acolhimento em Portugal transformou-se numa busca pouco frutífera. Uma das raras memórias individuais publicadas, que evoca e sintetiza de forma realista e dramática a experiência do retorno e já, de certa forma, da ‘revoltante’ apatia da sociedade face a estes homens, é a de Manuel de Oliveira, em *Notas de um soldado em campanha. Apontamentos factos e impressões da guerra europeia, colhidos nos campos de Batalha de França*, publicada em 1919, que interessa aqui transcrever pela forma pragmática como encerra a questão :

De volta! [...] São nove horas da manhã. O barco atraca antes do posto de Desinfecção. Ninguém no cais. Esperamos até pelos carregadores que devem prender o barco – este saudoso e já agora inolvidável *Helenus* que me depõe nos braços da Mãe-Pátria. Lembro-me que quando cheguei a Brest – no estrangeiro – havia povo e música a saudar-nos e que um vaso de guerra francês veio saudar-nos; agora que voltamos vencedores, não há uma pessoa no cais, enquanto que os soldados alemães, vencidos foram recebidos em Berlim sob uma chuva de flores e dificilmente passavam por entre uma compacta multidão que os acalmava, mas enfim... que isto não venha roubar a alegria do nosso regresso.

Meio dia. Chega a polícia, algumas entidades militares, madrinhas de guerra e o desembarque começa sob um sol ardentíssimo a que desde há muito não estamos habituados. Recebemos bolachas, café e tabaco e lá fomos para o quartel de Infantaria 2, às Janelas Verdes, onde permaneceremos até nos passarem as guias de marcha para as nossas terras.

À tarde fui passear para a Avenida e à noite assisti a uma revista no ‘Apolo’. Aquela indiferença com que nos receberam no cais tornou-se

aqui em desdém. No ‘Apolo’ ocupei um lugar de cadeira e reparei que os circunstantes me olhavam de soslaio. Na Avenida reparei que para meter figura teria de me uniformizar à paizana.

“Em vão busquei um sorriso na multidão”, dificilmente achei o das mulheres perdidas. Francamente, para vir para Lisboa não vale a pena a gente ter-se batido.

Agora recordo com saudade a nossa entrada em Lille e a minha licença em Paris, para já não falar na permanência nas pequenas cidades e aldeias, em toda a França, onde a nossa farda cinzenta de Serranos era objecto de todos os olhares, de todas as atenções [...]. Aqui é o que se vê, depois daquela impressão de regozijo pela aparição da nossa terra e pela beleza sob que ela se apresenta, este desalento pela indiferença com que somos recebidos, pelo desdém com que somos tratados. Como isto dá vontade de fugir!

Depois, aqui no quartel onde nos alojaram e onde felizmente eu nunca dormi, está por toda a parte um estado de porcaria que envergonharia os cafres. Creiam que está muito sujo, tão sujo que eu me abstenho de calcular a quantidade de porcaria ali aglomerada [...]

Cá cheguei à aldeia com licença. É uma maneira de retribuir os nossos serviços de campanha; mas aos franceses, ingleses e americanos deram também dinheiro e a mim não me deram nada deixá-lo, já que sou dum paiz pobre... [...] E agora tu meu bravo serrano que espreitaste o boche em Neuve-Chapelle, que o bateste em Lavantie ou Lacouture [...] começa por despir a farda se desejas o sorriso das raparigas da tua terra e lança-te à charrua ou ao martelo com aquela intrepidez com que galgavas o parapeito [...] toca a recomeçar a guerra da Paz.

(Oliveira, 1919 : 138-142).

#### RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES :

- BRAZ, António, *Como os prisioneiros portugueses foram tratados na Alemanha : apontamentos para a história da Grande Guerra*, Elvas : Tipografia Popular, 1935.
- BRAZ de OLIVEIRA, J., *O Exército Português em a Grande Guerra, scenas e factos*, Lisboa : Tipografia do Diário de Notícias, 1924, p.24-25.
- CASIMIRO, Augusto, *Calvário da Flandres*, Porto : Renascença Portuguesa, 1920.
- CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra : Quarteto Editora, 2001.
- CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Porto : Renascença Portuguesa, 1919.
- FREITAS, Pedro, *As minhas recordações da Grande Guerra*, Lisboa : Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935.
- LEAL, Ernesto Castro, “Narrativas e Imaginários da 1ª Grande Guerra ‘O Soldado-Saudade’ português nos ‘nevoeiros de morte’”, *Separata da Revista de História das Ideias*, 21, 2000, p. 441-460.
- MAGNO, David, *Livro da guerra de Portugal na Flandres, Descrição militar histórica do C.E.P., Recordação das trincheiras, da batalha e do cativo, Figuras, factos e impressões*, 2 vols., Porto : Comp. Portg., Ed., 1921.
- MARQUES, A. H. Oliveira (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa : Assembleia da República, 2000.

MARQUES, Isabel Pestana, *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa : Esfera dos Livros, 2008.

\_\_\_\_\_, *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra*, Lisboa : Comissão Portuguesa de História Militar, 2002.

MEDEIROS FERREIRA, *O comportamento político dos militares : forças armadas e regimes políticos em Portugal do século XX*, Lisboa : Editorial Estampa, 1992.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Portugal 1914-1926 : from the first world war to military dictatorship*, Bristol : HIPLAM, 2004.

\_\_\_\_\_, “O impacto da I Guerra Mundial no sistema político português”, in *Elites e Poder : A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa, Évora, CIDEHUS : Edições Colibri, 2004, 421-446.

MONTEIRO, Quirino e Melo Vieira. “Gambúsios” - *Soldados da Grande Guerra*. Lisboa : Portugália Editora, 1919.

MORAIS, Pina de, *Ao parapeito*, Porto : Renascença Portuguesa, 1919.

MOSSE, George L., *Le guerre mondiale dalla tragedia al mito dei caduti*, Roma : Laterza, 1990.

OLIVEIRA, Manuel de, *Notas de um soldado em campanha. Apontamentos factos e impressões da guerra europeia, colhidos nos campos de Batalha de França*, Aveiro : Tipografia Nacional, 1919.

PROST, Antoine, *Les anciens combattants et la société française 1914-1939*, 3 vols. Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, vol. 1, *Histoire*, vol. 2, *Sociologie*, vol. 3, *Mentalités et Idéologies*.

ROCHA, Alfredo Barata da, *Névoa da Flandres*, Porto : Renascença Portuguesa, 1924.

SAMPAIO, Albino Forjaz de, *A avalanche (À margem da Grande Guerra)*, Lisboa : Livraria Bertrand, 1935.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Faim et nostalgie : les prisonniers portugais de la Grande Guerre”, *Guerres Mondiales et Conflits Contemporaines*, n.º 178, 1995 : 25-41.

